



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

O DEBATE SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: BREVE ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE MINAS GERAIS

Ana Cristina Peixoto Guimarães¹

Camila Campos Moura²

Jordana Gonçalves de Barros Ferreira³

Mariana Leite Péres⁴

Leonardo Nogueira Alves⁵

Resumo: Levando em consideração a pertinência do estudo dos movimentos sociais para o Serviço Social, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um panorama da oferta de disciplinas com esta temática nas IES públicas de Minas Gerais. O presente artigo articula a análise teórica da questão social, dos movimentos sociais e do Serviço Social com ênfase na formação profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Movimentos Sociais.

Abstract: Taking into account the relevance of the study of social movements for Social Work, the present work aims to present an overview of the offer of subjects with this subject in public HEIs of Minas Gerais. This article articulates the theoretical analysis of the social question, the social movements and the Social Service with emphasis on professional training.

Keywords: Social Service; Professional qualification; Social movements.

Introdução

Este trabalho surge a partir das discussões travadas no âmbito da monitoria nas disciplinas voltadas ao estudo das classes e movimentos sociais na graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. A partir de um diálogo entre os sujeitos envolvidos na monitoria da temática em questão, construímos uma pesquisa sobre a oferta de disciplinas sobre os

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail:<leo.ssoufvjm@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail:<leo.ssoufvjm@gmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail:<leo.ssoufvjm@gmail.com>.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail:<leo.ssoufvjm@gmail.com>.

⁵ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail:<leo.ssoufvjm@gmail.com>.

movimentos sociais nos cursos de graduação em Serviço Social em Minas Gerais.

A discussão central do presente trabalho está em preocuparmo-nos se o Serviço Social na atualidade, de fato, vem se comprometendo no âmbito da formação profissional com o debate sobre as classes e os movimentos sociais, com vistas a garantir, nas Instituições de Ensino Superior (IES), espaços de reflexão com o corpo discente sobre a realidade que atravessa a dinâmica da vida e do exercício profissional.

Para isso, pretendemos iniciar dissertando sobre o que são a questão social, as lutas de classes, os movimentos sociais e como se relacionam, destacando a importância da compreensão desses conceitos para o ensino crítico e de qualidade de uma profissão de caráter interventivo situada na área das Ciências Sociais Aplicadas. Dessa forma, realizamos a análise da questão social pelo método materialista-histórico-dialético a partir da compreensão da sociedade capitalista e a contradição de classes sobre a qual é fundante.

Em seguida, faremos uma exposição sobre a histórica e necessária relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais e, por fim, sistematizaremos os dados inicialmente coletados sobre o perfil da oferta de disciplina sobre movimentos sociais na graduação em Serviço Social oferecida por IES em Minas Gerais.

Questão social, lutas de classes e os movimentos sociais

A questão social tem sua definição, na Europa, a partir dos impactos oriundos da primeira Revolução Industrial, durante os séculos XVIII e XIX, momento em que a desigualdade social ganha caráter particular. O fenômeno da pobreza, antes identificado através da escassez de recursos, passa a ser identificado através de um processo em que, ao mesmo tempo que gera riqueza, proporcionalmente amplia a miséria. Tal fato representa a gênese do pauperismo, fruto da apropriação privada da riqueza socialmente produzida a partir do trabalho explorado, relação de exploração entre a classe que detém os meios de produção e aquela que detém somente sua força de trabalho para

vender (NETTO, 2011). Ou seja, a questão social se constitui, no que tange ao âmbito econômico, no dilema capitalista de possuir forças produtivas suficientes para abolir a escassez, mas, devido à própria dinâmica desse modo de produção, permanecem-se as privações, para não dizer a potencialização das desigualdades sociais.

No entanto, é quando a classe trabalhadora ultrapassa os limites privados e dá sentido público às demandas e mazelas que permeiam sua realidade, que a contradição acima apontada se torna uma questão social. Passa-se a exigir, então, “a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos” (IAMAMOTO, 2001, p.17), o que se constitui enquanto luta em torno de um projeto de classe.

Assim é que as lutas de classe são ineliminavelmente constitutivas da “questão social”. Elas atingem o cerne do processo de sua produção: as relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que tornam cada vez mais socializado o processo de produção de riqueza e, com a mesma intensidade, privatizado o seu resultado final (SANTOS, 2012, p.30).

As lutas às quais nos referimos são as que “desenvolvem-se na polarização das duas classes fundamentais e antagônicas: trabalhadora e capitalista, proletariado e burguesia, explorados e exploradores, dominados e dominadores” (DURIGUETTO; MONTANO, 2011). Devido à contradição entre os projetos societários dos dois polos principais que estamos tratando, é fundamental que a classe trabalhadora compreenda a complexificação do conjunto da realidade social para que não incorpore o reducionismo, desprezando as estruturas e/ou o poder de transformação histórico dos sujeitos. Marx, em sua obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, afirma que “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas em que se defrontam diretamente”. Ou seja, dizer que a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes (ENGELS; MARX, 2008), significa defender a ideia de que, apesar da classe trabalhadora não ter compactuado de antemão com a sociabilidade que lhe foi colocada, somente ela pode romper com a imposição classista a partir da luta de classes, pela organização coletiva, nos movimentos sociais.

Sendo assim, são indissociáveis da dinâmica estrutural capitalista, das formas de produção das condições materiais da vida, as relações sociais que se desenvolvem sobre sua lógica. Relações estas que se constroem e se expressam de forma contraditória, uma vez que respondem ao desenvolvimento das forças produtivas - fruto do trabalho social - e seus impactos, o que significa, no bojo das relações sociais, a disputa entre projetos societários antagônicos (IAMAMOTO, 2001).

É nesse âmbito que se desenrolam as lutas sociais, não se tratando, pois, de um fenômeno homogêneo e linear, mas constituídas por fluxos e refluxos frutos das contradições que atravessam a consciência e organização de classe. Compreendem formas de luta em torno de questões de gênero, raça/etnia, sexualidade, território e, no que diz respeito à conquista de direitos sociais e políticos dos sujeitos, que ao mesmo tempo em que impactam nas lutas de classes, são dinamizadas por ela.

Em outras palavras,

a centralidade que a questão de classe tem no modo de produção capitalista, que não elimina a diversidade de questões e formas de discriminação e desigualdade, garante nessa ordem social a potencialidade de aglutinar todas essas questões em torno de um projeto realmente emancipador: a superação da sociedade comandada pelo capital e a constituição de uma sociedade sem classes (DURIGUETTO; MONTANO, 2011, p. 118).

Após dissertar sobre como a questão social determina as lutas sociais, torna-se importante destacar a contribuição dos movimentos sociais para as problemáticas anteriormente citadas. Nesse sentido, coloca-se como enfática a presença das organizações sindicais e partidárias, movimentos sociais clássicos, bem como o posterior surgimento dos chamados novos movimentos sociais.

Os partidos e sindicatos se colocam enquanto formas de organização político-econômica desde o século XIX, enquanto os movimentos sociais que eclodem a partir dos anos 1960, no cenário mundial, caracterizam-se precipuamente pelas “manifestações de contracultura; crítica às consequências do desenvolvimento do capitalismo nos países avançados, principalmente a

crítica ao consumo e ao individualismo; a crítica aos métodos da chamada ‘esquerda tradicional’, identificada no marxismo-leninismo” (BRAZ, 2013, p.121).

Nesse sentido, os movimentos sociais situam-se para além do âmbito da produção social, uma vez que a luta de classes atravessa o espaço produtivo e reprodutivo da sociedade (BRAZ, 2013). Entende-se que

Movimento social é definido pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema socioeconômico em vigor (Lojkine, 1981, p.292, apud Galvão, 2011, p. 116).

Sendo assim, cabe aqui destacar que, ainda que o proletariado seja dotado de potencial emancipatório, isso não implica um caráter essencialmente revolucionário, pois o movimento das relações sociais capitalistas implica também obstáculos à consciência de classe e sua organização, constituindo um processo de avanços e retrocessos, resultado da correlação de forças e das formas de mediação construídas coletivamente pela classe trabalhadora, seja no âmbito partidário ou dos movimentos sociais (GALVÃO, 2011).

Constata-se, portanto, que a eclosão dos movimentos sociais é indissociável das contradições que permeiam as classes sociais, sua heterogeneidade, consensos e dissensos. Ainda que não se identifiquem imediatamente a partir de uma perspectiva classista - tanto no que tange a suas lutas e demandas, quanto bases teóricas que os pautam - os movimentos sociais impactam no desenrolar das lutas de classes e na consciência de classe, ao mesmo tempo em que são dinamizados pelas lutas sociais; processo tal que não se dá de forma uniforme e coesa. Por isso, é fundamental debruçar-se teoricamente sobre essa temática para que se possa situar na defesa de um dos polos - citados ao longo do texto - de forma esclarecida e consciente, colaborando na organização coletiva na luta de classes.

Serviço Social e Movimentos Sociais: uma relação fundamental

Atravessado pelo conservadorismo e pelas exigências da burguesia, o Serviço Social constrói ao longo de vários anos uma possibilidade de formação

e exercício profissional na contracorrente. Sabemos que esta profissão emerge na divisão social e técnica do trabalho a partir das necessidades de intervenção nas expressões da questão social por intermédio das políticas sociais (NETTO, 2009). No entanto, sem falsas linearidades e reducionismo no processo de institucionalização e desenvolvimento da profissão, podemos apreender deslocamentos significativos das requisições postas ao Serviço Social à medida que as transformações econômicas e políticas que o Brasil vivenciava aproximam os movimentos sociais do exercício profissional.

É a partir de 1950, com o cenário de avanço do chamado “desenvolvimento de comunidade”, que o Serviço Social começa a se aproximar de processos comunitários de mobilização popular e também passa a ter contato mais diretamente com sujeitos coletivos que atuavam nesses territórios.

Nesse período, o Serviço Social atuava diretamente nos processos caracterizados como “desenvolvimento de comunidade” (DC). O DC possui dois componentes fundamentais: participação popular e assistência/apoio técnico governamental. A partir de uma concepção de harmonia e equilíbrio para a construção de um projeto societário, o DC é definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como:

[...] processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país (ONU *apud* AMMANN, 2009, p. 32).

A conjuntura brasileira estava acirrada com as sucessivas crises políticas e institucionais do breve período democrático (1945-1964). As tentativas desenvolvimentistas, as mudanças no mercado de trabalho urbano-industrial, o crescimento da capacidade de mobilização dos sindicatos, o crescimento dos partidos trabalhista e comunista, o avanço do movimento estudantil e dos movimentos de cultura popular marcavam esse cenário demonstrando que as orientações macrossociais da ONU não seriam absorvidas exclusivamente de maneira passiva no interior dessas comunistas. Ou seja, embora o ciclo de desenvolvimento do país apontasse para uma incorporação das orientações dos organismos internacionais, incorporando técnicos como o Serviço Social nestas

ações, as comunidades também se deparavam com um contexto de avanço das lutas sociais, em especial no meio urbano.

Esses acontecimentos antecedem o golpe militar de 1964 que, por conseguinte, também irá impactar drasticamente a profissão em tela. Se recorremos a Netto (2011) perceberemos que um dos fatores marcantes deste período diz respeito ao processo amplo de laicização da profissão, ou seja, a inserção da formação profissional em Serviço Social nas instituições de ensino superior laicas. Neste contexto, a profissão se depara com uma universidade que pulsava a crítica ao regime, que resistia na produção de um conhecimento crítico e que também se expressava por meio do movimento estudantil, docente e da extensão universitária. Sem menosprezar o peso da repressão às universidades e ao movimento estudantil, esse cenário provoca um significativo deslocamento no interior da profissão. Ademais, Netto (2011) também sugere que as mudanças na Igreja Católica, em especial a aproximação com o universo progressista a partir do movimento da teologia da libertação na América Latina, também contribuiu para a aproximação da profissão junto às demandas da classe trabalhadora.

Diante destas condições, é possível apreender a possibilidade de um amplo processo de renovação do Serviço Social que, apesar de toda sua diversidade exposta por Netto (2011), irá desencadear numa crítica global ao tradicionalismo que impregnou (e ainda impregna) toda a trajetória desta profissão.

Um legado fundamental desse processo está contido nas ações e formulações dos sujeitos que protagonizaram a “virada” no Serviço Social e se desdobraram num grande esforço de construção do atual projeto profissional de inspiração crítica e vinculada aos interesses de emancipação dos homens e mulheres de todas as formas de opressão.

Na transição da década de 1970 para a década de 1980, a profissão se vê atravessada pela retomada das mobilizações de massa, pela redemocratização do país, anistia aos presos políticos, eleições diretas para presidente e aprovação de uma nova Constituição. Buscando superar as fronteiras de uma prática endógena aos “muros” de uma profissão, o Serviço

Social ocupa a cena pública, participa de lutas sociais no âmbito da reforma sanitária, seguridade social, enfrentamento à violência contra as mulheres, direitos das crianças e adolescentes, etc. Neste percurso, também provoca deslocamentos no campo da regulamentação do exercício profissional, das diretrizes curriculares e das entidades de representação profissional. Esse movimento, embora exitoso na década de 1980, só obterá maior capilaridade e vigor com as decisivas alterações consubstanciadas no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996. É diante da ofensiva do capital com o neoliberalismo e seus efeitos deletérios sobre a classe trabalhadora brasileira que a profissão afirma um projeto profissional crítico e comprometido com o avanço da democracia e dos direitos sociais no país.

Assim sendo, incorporar a relação entre o Serviço Social e os movimentos na análise da profissão, é fundamental para apreender as mediações entre a profissão e a realidade brasileira nutrida pela práxis dos sujeitos coletivos e da capacidade da categoria profissional de se reinventar, haja vista sua condição ineliminável de mediação entre os interesses da população usuária e de seus empregadores. Por isso, acreditamos ser necessário que a temática dos movimentos sociais esteja presente na formação profissional, não apenas de maneira acessória, ao contrário, deve ser um conteúdo transversal, um fio condutor na interpretação na profissão no país.

Movimentos Sociais e Formação Profissional nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Minas Gerais

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, aprovadas em 1996, apresentam, enquanto cruciais para a formação de assistentes sociais, o emprego de conteúdo programático que trata da relação da profissão com os movimentos sociais. A decisão de que o conteúdo estivesse presente na formação parte da concepção de que os assistentes sociais tenham capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico e intervenção na realidade do exercício profissional.

Classes e Movimentos Sociais - As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideológicas e sócio-culturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor (ABEPSS, 1996, p. 6).

O debate sobre os movimentos sociais está inserido no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, núcleo este que se propõe a compreender a formação do Brasil, através da dimensão política, social, econômica e cultural. É nesse ponto que se torna essencial debater sobre os movimentos sociais na formação de assistentes sociais, já que esses foram de grande importância na conquista e defesa dos direitos e das políticas sociais.

Esse conjunto de possibilidades de intervenção no cotidiano dos diferentes espaços sócio-ocupacionais nos conduz a perspectivas teóricas e prático-interventivas para além das políticas que operamos, o que nos ajuda a enfrentar processos que vêm formando uma cultura profissional que tende a dar primazia à ação prática e aplicada da profissão, circunscrevendo-a na órbita de um “pronto-socorro social” (DURIGUETTO, 2014, p. 10).

Nesse sentido, o Serviço Social expressa um importante compromisso com a defesa dos direitos humanos, dos interesses da classe trabalhadora e dos próprios movimentos sociais. Além disso, assim como os movimentos sociais, o projeto Ético-Político profissional também coaduna com a defesa da ampliação e a consolidação dos direitos e da cobrança diária do Estado na garantia desses direitos. Diante dessas afirmações, é possível afirmar que os cursos de Serviço Social das instituições públicas em Minas Gerais estão incorporando o debate dos movimentos sociais na formação profissional?

Realizamos uma pesquisa exploratória a partir de pesquisa realizada na internet para identificarmos as disciplinas oferecidas conforme os currículos das instituições federais e estaduais de Minas Gerais que ofertam a graduação em Serviço Social. A partir dessa pesquisa produzimos a seguinte tabela:

Tabela 01 - Disciplinas de Movimentos Sociais ofertadas em Minas Gerais e sua carga horária

Instituição	Tipo da Disciplina	Carga Horária	Número de Disciplinas
UEMG – Abaeté	Obrigatória	45 horas	1
UEMG – Carangola	Obrigatória	60 horas	2
UEMG – Cláudio	Optativa	45 horas	1
UEMG – Divinópolis	Optativa	45 horas	1
UEMG – Passos	Obrigatória	60 horas	1
UFJF	Obrigatória	60 horas	3
	Eletiva	30 horas	1
UFOP	Obrigatória	60 horas	1
UFTM	Obrigatória	60 horas	1
	Obrigatória	30 horas	1
UFU*	Obrigatória	30 horas	1
	Obrigatória	60 horas	1
UFV	Obrigatória	60 horas	1
UFVJM	Obrigatória	60 horas	1
UNIMONTES	Obrigatória	60 horas	1

* não encontrada grade de disciplinas eletivas/optativas. Fonte: elaboração própria.

Em Minas Gerais, duas instituições de ensino superior estadual oferecem a graduação em Serviço Social (UEMG em 4 campi com grades curriculares distintas e a UNIMONTES). E seis instituições federais oferecem a graduação em Serviço Social, sendo a UFJF a mais antiga e a UFRV a experiência mais

recente (trata-se de um curso em implantação, decorrente do encerramento da graduação em Economia Doméstica). Todas as IES federais possuem, ao menos, uma disciplina obrigatória sobre o tema. No caso das IES estaduais só foram identificadas disciplinas optativas (UEMG nos campi de Cláudio e Divinópolis). A UFJF, a UFTM, a UFU e a UEMG (Carangola) possuem mais de uma disciplina obrigatória sobre a temática dos movimentos sociais. A carga horária destinada a estas disciplinas variam entre trinta e sessenta horas, com prevalência para disciplinas obrigatória totalizando 60 horas aula.

Com esta breve aproximação ao universo da formação profissional oferecida pelas IES públicas de Minas Gerais, é possível perceber que há uma ampla inserção do tema na formação profissional. No entanto, há uma significativa disparidade entre a quantidade de carga horária e alocação de disciplinas nas modalidades fixas (obrigatórias) e transitórias (eletivas/optativas). Ademais, verifica-se que no caso da UEMG há uma diversidade de grades curriculares em vigor demonstrando que, em dois campi da referida instituição, não há disciplinas voltadas ao estudo desse conteúdo. De todo modo, cabe ainda para estudos futuros a sistematização e análise dos ementários, bibliografias e conteúdos programáticos que podem nos indicar os passos que estão sendo trilhados nessas instituições (pesquisa que ainda não foi possível realizar).

Cabe salientar que o estudo desta temática não pode ser negligenciado e que uma apropriação contundente da dinâmica da relação entre as classes e os movimentos sociais incide diretamente sobre a apropriação dos educandos sobre o significado social da profissão e o seu projeto profissional. Noutros termos,

O que queremos enfatizar é que dar vida ao projeto ético-político exige de nós o compromisso com o fortalecimento das lutas sociopolíticas vinculadas às classes subalternas o que, por sua vez, demanda a aliança com os sujeitos coletivos que as protagonizam. Ou seja, implica em criarmos estratégias e táticas de atuação no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de nossas intervenções (DURIGUETTO, 2014, p. 10).

Sendo assim, a defasagem no ensino sobre movimentos sociais durante a graduação pode interferir diretamente no futuro exercício profissional, já que pode limitar na elaboração de estratégias de intervenção junto aos usuários e à

própria comunidade. Ter os movimentos sociais ao lado na luta pela defesa das políticas sociais e do setor público é primordial e necessário.

Considerações finais

A relação entre o Serviço Social e os movimentos ultrapassa os limites da formação profissional. Diz respeito à dinâmica das lutas de classes que conformam as demandas e as respostas profissionais. Além disso, indica-nos as bases de constituição do chamado projeto ético-político profissional, assentado numa perspectiva de emancipação e das lutas sociais.

Neste sentido, o nosso recurso ao processo de formação em Serviço Social visa reiterar estes laços entre a profissão e os movimentos sociais na perspectiva de adensar e potencializar a construção e a hegemonia do atual projeto profissional frente ao contexto que muitas vezes tende a nos relegar aos limites de uma prática cada vez mais burocratizada diante da ascensão conservadora em curso no Brasil.

No âmbito da realidade mineira, verificamos a presença significativa da temática dos movimentos sociais na formação profissional nas instituições públicas, o que demonstra o compromisso com o projeto profissional e com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. No entanto, ainda há que se avançar nas instituições estaduais, mais especificamente na UEMG de Cláudio e Divinópolis, assim como é necessário travar o debate sobre as melhores formas de alocação de carga horária e periodização das referidas disciplinas, aspecto importante para pensarmos o fortalecimento da temática na formação profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* (Com base no currículo Mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf> Acesso em: 28 de jun. 2018.

BRAZ, Marcelo. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das ciências sociais. In: BRAVO, Maria Inês Souza, MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs.). *Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais*. São Paulo: Cortez, 2013, p.117-151.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social*. In: Revista Conexões Gerais. CRESS. 2014.

_____. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L.. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTANO, Carlos. *Estado Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: *Crítica Marxista*, n.32, p.107-126, Campinas, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: *Temporalis*, Ano.2 n.3. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 29ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: In: ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L.. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da "Questão Social"*. In: *Temporalis*, Ano.2 n.3. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, Josiane Santos. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.